

FATOR DE PROTEÇÃO, PROPORCIONADO PELA FAMÍLIA, NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO: ESTUDO DE CASOS A LUZ DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.

Gabriela de Oliveira **ZIN**¹
Beatriz **PALLONE**²
Giovanni Giorgetti **FELONTA**³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os fatores de proteção envolvidos no processo de transição de gênero. Para isso foi feito um estudo caso em duas etapas, consistindo a primeira etapa na aplicação de um questionário sociodemográfico e um questionário fechado com questões relacionadas à temática. Na segunda etapa foi aplicado um questionário qualitativo para analisar como se dá o processo de transição de gênero, os fatores de risco, de proteção e o papel da família.

PALAVRAS-CHAVE: Transição de gênero; transgênero; fator de proteção e relação familiar.

Introdução

O termo “transgênero” ou trans foi criado, para designar indivíduos que não se identificam com o sexo biológico e suas atribuições socioculturais e desejam ser reconhecidos como sendo do sexo oposto. Podendo ter qualquer orientação sexual

1 Centro Universitário Central Paulista – UNICEP, Rua Miguel Petroni 5111, 13563-470, São Carlos/SP.

Email – gabrielazin@psicompere.com

2 Centro Universitário Central Paulista – UNICEP, Rua Miguel Petroni 5111, 13563-470, São Carlos/SP.

Email – biampallone@live.com

3 Centro Universitário Central Paulista – UNICEP, Rua Miguel Petroni 5111, 13563-470, São Carlos/SP.

Email – giovanni.felonta10@gmail.com

incluindo, heterossexual, homossexual, bissexual e assexual. (NAÇÕES UNIDAS, 2014)

Segundo Lopes essa não identificação pode gerar profundos sofrimentos, que quando não acompanhado por profissionais podem evoluir para quadros depressivos, angústias e repulsas sobre o próprio corpo.

Essa insatisfação com o corpo, pode levar com que busquem a terapia hormonal e cirurgias de redesignação sexual, visto que nem todos, mesmo que insatisfeitos, recorrem a esses métodos. Segundo a estrogênio terapia é a base para o processo de feminilização em mulheres trans, o estrogênio promove o desenvolvimento mamário, distribuição de gordura corporal, redução de pelos, suavização da pele e reduz a oleosidade, além de promover redução de massa muscular, libido, ereções espontâneas, atrofia testicular e prostática. Já em homens transgêneros, a hormonização tem o objetivo de induzir virilização e clitoromegalia, produzir padrões masculinos, crescimento de pelos faciais e corporais, promover massa muscular e interromper os ciclos menstruais. Já com o tratamento androgênico nota-se aumento da libido, aumento da oleosidade, engrossamento da voz, atrofia das mamas, transformação policística dos ovários e proliferação ou atrofia endometrial. (TRINDADE et.al. p. 12, 13)

As cirurgias de redesignação sexual se dividem em dois tipos; faloplastia e vaginoplastia. A faloplastia, mudança do sexo masculino para o feminino que resulta na a criação da neovagina. A vaginoplastia, mudança do sexo feminino para o masculino, objetivando a formação do neopênis. (TRINDADE et.al. p. 14)

Como o trabalho tem o foco em pessoas transgêneras é importante pontuar que desde 1993, pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), as pessoas transgêneras apresentam um Transtorno de Identidade Sexual, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Posteriormente, em 1994, com a publicação do Manual

Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV), o termo transexualismo, utilizado até então, foi substituído por Transtorno de Identidade de Gênero. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017)

O DSM-V, oficialmente publicado em 18 de maio de 2013, é a mais nova edição, na qual a transexualidade deixa de ser uma "doença mental", mas continua incluída no catálogo como "incongruência de gênero". A Disforia de Gênero é um diagnóstico que descreve os indivíduos que apresentam uma diferença marcante entre o gênero experimentado/expresso e o gênero atribuído. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017)

No dia 18 de Junho de 2018 a OMS criou a CID 11, Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, onde foi retirado o chamado “Transtorno de identidade de gênero”, condição no qual a transexualidade era vista como um transtorno mental. Foi criado então um novo capítulo no documento, dedicado à saúde sexual. A transexualidade foi incluída nessa nova seção da publicação. Apesar de ser uma vitória, sabemos que ainda há muito a ser feito, o estigma de doença foi retirado, mas ainda faz parte de uma classificação internacional de doenças. (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019)

Segundo Aldinucci (2011) o analista do comportamento não rejeita os chamados “diagnósticos”, porém os manuais de diagnóstico se restringem a descrever o comportamento topograficamente, o que é insuficiente para explicar suas causas, como também a um rejeita a ideia de que os “transtornos mentais” causam comportamentos. Para tal ciência, os “transtornos mentais” são uma composição de padrões comportamentais instalados e mantidos através de relações funcionais de aprendizagem estabelecidas entre o indivíduo e seu ambiente.

Na perspectiva analítico-comportamental o que mantêm os comportamentos inadequados são as contingências e não uma “doença” como propõe o modelo médico e os modelos psicodinâmicos. (FERSTER, 1972, p. 7).

“A “anormalidade” não é um problema que se localiza dentro do indivíduo que precisa então ser racionalizado, recorrendo-se a conceitos como os de repressão, deslocamento ou simbolização, mas é o resultado da interação da pessoa com o meio social e representa um resultado compreensível da história do reforçamento do indivíduo. ” (FERSTER, 1972 p. 7)

Ainda em 2013 criou-se o Projeto de Lei 5002/2013 que estabelece o direito à identidade de gênero definida como a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, que pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento. A proposta obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) e os planos de saúde a custear tratamentos hormonais integrais e cirurgias de redesignação sexual a todos os interessados maiores de 18 anos, aos quais não é exigido nenhum tipo de diagnóstico, tratamento ou autorização judicial. (SENA, 2013)

Apesar de todas mudanças ocorridas nas denominações e termos, as adversidades que tal público presencia são diversas, devidos vários fatores socioculturais instaurados em nossa sociedade. Um deles ocorre dentro de suas casas, que é o objeto de estudo deste trabalho, o apoio familiar para e durante o processo.

A não aceitação familiar mostra-se uma temática pouco estudada, mas muito importante para o entendimento da saúde mental do indivíduo transgênero, pois esse vínculo familiar, que deveria ser um fator de proteção para ele, torna-se um fator de risco.

Metodologia

Como referencial teórico para melhor análise dos casos, o estudo foi embasado na Análise do Comportamento, que é uma ciência baseada no Behaviorismo Radical, também conhecido como *skinneriano*. De acordo com Rodrigues e Ribeiro (2007), o analista do comportamento acredita que a interação ocorre de modo que o organismo altera o ambiente assim como o ambiente altera o organismo. Segundo Neno (2013) a análise funcional representa um modelo de interpretação, avaliação e investigação das relações entre o ambiente e o organismo, que são ordenadas entre estímulo, resposta e consequência.

“O comportamento humano é o produto conjunto de a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, e b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído. ” (SKINNER, 1981/2007, p. 131)

A presente pesquisa foi efetuada por meio dos seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico, contendo 6 perguntas (instrumento 1), questionário estruturado fechado, contendo 11 perguntas (instrumento 2), questionário semiestruturado aberto, contendo 14 perguntas (instrumento 3).

A amostra consiste em 2 indivíduos transgêneros, M., 23 anos, do sexo masculino e F., 19 anos, do sexo feminino. Apesar de termos divulgado nossa pesquisa em grupos online, nossos entrevistados foram selecionados por contatos informais, indicações de conhecidos. A siglas adotadas têm como função manter o anonimato dos entrevistados podendo apenas identificá-los por M. ou F.

Antes de tudo, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que após ser lido, foi assinado pelos indivíduos, que não apresentaram dúvidas a respeito.

Posteriormente a assinatura do TCLE, foi aplicado inicialmente o instrumento 1 e 2 por meio da plataforma *Google Forms* e em seguida o instrumento 3 de forma individual, por vídeo chamada, com cada candidato com objetivo de entender os eventos ocorridos durante sua transição de gênero e poder identificar fatores de proteção e de risco no desenvolvimento do processo.

Os instrumentos 1, 2 e 3 serão passados por avaliação de dois (2) juízes independentes para se obter o menor número de erros e ambiguidades que possam influenciar nos resultados da pesquisa.

Resultados das entrevistas

A maioria das questões se referiam a não aceitação familiar, por terem sido aceitos pela família, algumas perguntas não foram feitas então.

Entrevista com M.

Instrumento 1: Homem transgênero, de 23 anos, reside na cidade de São Carlos - SP, Ensino Superior incompleto (cursando), mora com os pais e solteiro.

Instrumento 2:

Sobre as questões 1 e 2 referente a temática expulsão: M. respondeu que não foi expulso de sua casa.

Sobre as questões 4, 5, 6, 7, dizem respeito a temática relação familiar: M respondeu que teve apoio de toda sua família e que se sente respeitado por todos e não é taxado como problema.

Sobre as questões 3, 8 e 9, 10 que abordam a temática preconceito e agressão: M. respondeu que não sofreu nenhum tipo de preconceito, agressão ou exclusão por parte dos familiares.

Instrumento 3:

Quando questionado como foi o processo de transição de gênero, M. respondeu *“Meus pais me acompanharam nas consultas com a psicóloga e com a endócrina. Eles foram na minha terapia para conversar com a minha psicóloga e tirar dúvidas. Quando fiz a cirurgia de mastectomia, meus pais me acompanharam. Depois que pedi para trocarem os pronomes eles aceitaram super bem, não confundiram nem nada. Meus irmãos me tratam super bem, não tivemos desentendimentos, nem durante as brigas, eles sempre foram muito compreensivos. Todos me aceitaram, não perdi amizade e nem membro da família. C, minha irmã do meio, nunca errou meu nome, só me chama pelo meu nome social.”* (sic).

Quando questionado sobre qual foi a reação de seus familiares frente a sua transição, M. trouxe *“Me assumi em setembro de 2014. Meus familiares reagiram muito bem, eu escrevi uma carta para todos de casa, exceto para minha mãe. Eu contei para ela primeiro, sem querer. Eu descobri o termo trans vendo vídeo no facebook, sobre uma criança transgênera, e enviei para minha mãe e ela me identificou, então contei para ela naquele momento. Todo mundo me apoiou. Em setembro eu quis fazer a hormonização, como meu pai é químico e minha mãe bióloga, eles ficaram preocupados no início, mas depois me ajudaram muito”* (sic).

Quando questionado sobre como se sentiu sobre a reação dos familiares, M. disse *“Fui acolhido no início pela minha família, meu pai marcou consultas para eu começar o tratamento de hormonização em São Paulo- SP, passei por psicólogos, psiquiatras e endócrinos”* (sic).

Ao ser questionado sobre o nome social M. relatou que seus pais e os irmãos às vezes trocavam seu nome social, exceto sua irmã do meio, *“Quando pedi para trocarem os pronomes eles aceitaram na boa, não confundiram nem nada”* (sic).

Entrevistado F.

Instrumento 1:

Mulher transgênero, 19 anos, reside na cidade de São Carlos - SP, ensino superior incompleto, mora com os pais e solteira.

Instrumento 2:

Sobre as questões 1 e 2 referente a temática expulsão: F. respondeu que não foi expulso de sua casa.

Sobre as questões 4, 5, 6, 7, dizem respeito a temática relação familiar: F. respondeu que sempre teve uma boa relação com toda sua família e sente respeitado por todos e não é taxado como problema.

Sobre as questões 3, 8 e 9, 10 que abordam a temática preconceito e agressão: F. respondeu que não sofreu nenhum tipo de preconceito, agressão ou exclusão por parte dos familiares.

Instrumento 3:

Quando questionada sobre como foi o processo F. disse que se descobriu transexual em 2017, mas antes de se assumir transexual para a família, assumiu primeiramente para mãe que era homossexual e lhe mostrou vários vídeos informativos sobre o público transgênero, onde viu a oportunidade de finalmente falar sobre a não identificação com sexo masculino. Com isso a mãe a apoiou sobre sua exposição e a ajudou contando para o resto da família, padrasto e irmãos. *“Minha mãe disse que quando contou para o meu padrasto ele disse que não queria, porque poderia acontecer*

várias coisas ruins e ele tinha medo. Mas aí de noite, ele chegou para ela e disse que tudo bem, que era mais fácil eles não me prenderem aqui dentro, facilitando minha vida, porque lá fora já seria difícil. ” (sic).

Sobre qual foi a reação de seus familiares quando expôs sua transição de gênero, F. relatou que soube recentemente pela mãe que uma tia havia dito, para ela antes do processo de transição, que F. deveria ir ao psicólogo, pois estava passando por uma fase que logo terminaria.

Quando questionada sobre seus sentimentos referentes a reação da família, F. disse que se sentiu bem e que foi bem aceita, *“Eu não sou a primeira pessoa diferente na família” (sic)*, a partir disso foi questionado o que significa ser “diferente” para ela e como resposta disse *“Ah, na família tem pessoas lésbicas e gays, então não seria a primeira pessoa a contar algo diferente. ” (sic).*

Quando questionado sobre alguma mudança na família após sua transição, F. trouxe *“Sim, mais da minha parte por causa que eu era muito fechada, eu não contava nada, era muito mais fácil para eu contar tudo da minha vida para alguém quando eu saísse para fora da minha casa do que para minha família. E hoje é muito melhor. Sempre com as mulheres da minha família tenho uma facilidade em conversar hoje, com os homens da minha família eu já tenho uma dificuldade, mas não porque eles me tratam mal nem nada, mas por causa que com qualquer menino para mim é difícil conseguir conversar e fazer amizade “ (sic).* Aproveitamos o momento e a questionamos se essa dificuldade influenciou ou continua influenciando no diálogo aberto com padrasto e F. disse que *“Continua fechado, é que eu não consigo falar e não consigo dizer por que, na verdade eu sei quando eu estava na quinta série eu sofri bullying durante o ano inteiro de vários meninos aí eu tenho medo. Até hoje afeta eu*

não conseguir falar tanto com meninos. Hoje eu consigo mais, mas ainda é um pouco difícil. ” (sic).

Quando questionada sobre o nome social, trouxe *“A isso foi difícil por causa que meu nome antigo era bem distinto do que é hoje, então minha mãe falava que para todo mundo era difícil de se acostumar, porque não tinha uma coisa que por exemplo puxava parecido, aí minha mãe colocou um apelido em mim, ficaram me chamando assim por esse apelido e aí depois começaram com meu nome e depois a abreviação do meu nome e depois nunca mais erraram. Esse processo foi rápido até, durou 2 anos. ” (sic)*

Discussão

Para falarmos sobre fatores de risco e de proteção, antes temos que falar sobre resiliência devido sua inter-relação, desta forma, de acordo com Pesce e colaboradores, resiliência define-se como “um processo interativo entre a pessoa e seu meio” (2004).

Autores afirmam que *“Nenhum outro fator de risco tem uma associação mais forte com a psicopatologia do desenvolvimento do que uma criança maltratada, ou seja, o abuso e a negligência causam efeitos profundamente negativos no curso de vida da criança”* (BARNETT, 1997 apud. MAIA, WILLIANS 2005).

Já os fatores de proteção podem ser divididos *“em três categorias, que serão discutidos: a) atributos disposicionais da criança - atividades, autonomia, orientação social positiva, autoestima, preferências, etc); b) características da família - coesão, afetividade e ausência de discórdia e negligência etc); e c) fontes de apoio individual ou institucional disponíveis para a criança e a família - relacionamento da criança com pares e*

peças de fora da família, suporte cultural, atendimento individual como atendimento médico ou psicológico, instituições religiosas, etc.” (GARMEZY, 1985 apud. MAIA, WILLIAMS 2005).

Analisando o instrumento 1 notou-se que os dois entrevistados, são universitários, na faixa de 19 a 23 anos que atualmente residem com seus pais. Podemos dizer que o fato de residirem com os pais e terem ingressado na universidade são fatores de proteção.

Observando os resultados do instrumento 2 percebeu-se que os dois entrevistados não foram expulsos de suas casas e tiveram apoio da família enquanto passavam pelo processo de transição de gênero. Esses fatos também são considerados fatores de proteção.

Ao analisarmos o instrumento 3 foi notado que os dois entrevistados contaram primeiro para suas mães, figuras com menor probabilidade de apresentar resposta aversiva, de acordo com a avaliação deles. Percebemos também que M escolheu as cartas, para comunicar sua transição de gênero, como um comportamento não diretivo e, portanto, com menos probabilidade de respostas aversivas, assim como F que também escolheu uma forma não diretiva de comunicar a família, pois foi sua mãe quem comunicou para o resto da família. Portanto entendemos que a mãe é um fator de proteção no processo dos dois entrevistados.

A partir do estudo feito nos dois casos, encontramos dificuldades em analisar os fatores de riscos, visto que os fatores de proteção se demonstraram relevante aos olhos dos entrevistados. Apesar de que durante a entrevista de F houve um relato sobre uma tia, que não entendia sua situação e sugeriu tratamento psicológico para sua “questão passageira”, como sua mãe lhe contou posteriormente.

Considerações finais:

Através do estudo de casos, pode-se concluir, que a boa relação familiar é um fator de proteção de extrema importância para o processo de transição de gênero, visto que o indivíduo não é facilmente exposto a contingências aversivas, facilitando um desenvolvimento resiliente.

Foi possível concluir também que figura materna demonstrar ser, em ambos os casos, um fator de proteção, o qual protegeu os entrevistados de entrar em contato com agentes aversivos.

Houveram dificuldades para encontrar material acadêmico tanto na área da Psicologia como em outras áreas, médicas e jurídicas, pois a temática ainda pouco conhecida e, portanto, pouco pesquisada. Também houve dificuldade com relação a busca por candidatos, por ser considerado um tema aversivo/desconfortável para muitos.

PROTECTION FACTOR PROVIDED BY THE FAMILY IN THE GENDER

TRANSITION PROCESS: CASE STUDY IN THE LIGHT OF BEHAVIOR ANALYSIS.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the protection factors involved in the process of gender transition. For this, it's been made a case study divided in two phases, the first one was the application of a sociodemographic questionnaire and a multiple choice questionnaire with questions related to the subject. In the second phase, a qualitative questionnaire was applied to analyze how the process of gender transition works, the risk factors, protection factors, and the family influence.

KEY-WORDS: Gender transition; transgender; protection factors; family relationship.

Referências:

ALDINUCCI, Bruna de Amorim Sanches. A Psicopatologia sob a ótica da Análise do Comportamento: aspectos teóricos e clínicos. Congresso de Psicologia da Unifil, [s. l.], 2011.

CABRAL ARAÚJO, Álvaro; LOTUFO NETO, Francisco. A Nova Classificação Americana Para os Transtornos Mentais – o DSM-5. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, [S. l.], p. 67-82, 29 jan. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v16n1/v16n1a07.pdf>. Acesso em: 4 maio. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). C.F.P. vai recorrer da sentença sobre Resolução 01/99. *In*: CFP vai recorrer da sentença sobre Resolução 01/99. Brasília, 15 dez. 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/cfp-vai-recorrer-da-sentenca-sobre-resolucao-01-99/?fbclid=IwAR38kKh0pagTCPN8p_zEj6c85CY7kvIffnox7f7AnHfYEqW7nS_58CMlIL4. Acesso em: 15 nov. 2019.

FERSTER, C. B. Classificação da patologia do comportamento. In: L. Krasner e L. P. Ullmann (orgs.), Pesquisas Sobre Modificação de comportamento, (Trad. C. M. Bori). São Paulo: Herder, p. 7-34, 1972. (Publicação original de 1966).

FUGIE, Érika Hamuri. TRANSEXUALIDADE E REDESIGNAÇÃO DE SEXO: Reflexos Jurídicos da transexualidade nas relações afetivas. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/96.pdf>

LOPES, André Côrtes Vieira. TRANSEXUALIDADE: Reflexos da Redesignação Sexual. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/229.pdf>.

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, [s. l.], 2005.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). Livres & Iguais. Pessoas Transgênero. [S. l.: s. n.], 2014. Informativo.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL (Brasil). Organização Mundial da Saúde. OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. *In: OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais*. [S. l.], 6 jun. 2019. Disponível em: OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. Acesso em: 15 nov. 2019.

NENO, Simone. Avaliação e formulação de caso: Definição e Aplicação na Terapia Analítico-Comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, [s. l.], v. V, n. 151-165, ed. 2, 2013.

RODRIGUES, J. et al. *Análise do Comportamento- Pesquisa, Teoria e Aplicação*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SENA (Brasil). Camara dos deputados. Projeto estabelece direito à identidade de gênero. *In*: SILVEIRA, Wilson. Projeto estabelece direito à identidade de gênero: Proposta obriga o SUS e os planos de saúde a custear tratamentos hormonais e cirurgias de mudança de sexo a todos os interessados maiores de 18 anos. [S. l.], 3 maio 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/402783-projeto-estabelece-direito-a-identidade-de-genero/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Publicação original de 1953).

TRINDADE, Caio de Azevedo *et al.* Posicionamento Conjunto: Medicina Diagnóstica inclusiva: cuidando de pacientes transgênero. [S. l.: s. n.], 2019. Informativo.

Apêndice

Instrumento 1

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Sexo: Masculino / Feminino
- 4) Grau de escolaridade:
- 5) Estado Civil:
- 6) Naturalidade:

Instrumento 2

- 1) Fui expulso de sua casa por meus familiares quando revelei minha transição de gênero: Sim / Não
- 2) A expulsão foi permanente? Sim / Não
- 3) Não fui expulso de casa, mas sofri preconceito de meus familiares.: Sim / Não
- 4) A sua relação com a família: Sempre foi boa / Foi boa depois de um tempo / Nunca foi boa.
- 5) Partindo do pressuposto que família são todos os que vivem/ viveram com você na mesma casa. Tive apoio da família durante a transição de gênero: Sim, em todos os momentos / Não, nunca tive apoio / Tive apoio parcial.
- 6) Em caso de "Tive apoio parcial", exemplifique:
- 7) Quem me apoiou: Pai / Mãe / Irmãos / Outros.
- 8) Caso tenha respondido "Outros" na questão anterior, por favor defina quem são:
- 9) Me sinto respeitado pela família: Sim / Não
- 10) Sofri agressão por parte dos familiares: Física / Verbal / Ambos
- 11) Me sinto menosprezado pelos meus familiares devido a minha transição de gênero: Sim / Não

12) Meus familiares se afastam e me excluem de programas familiares: Sim / Não

13) Sou taxado como o problema da família: Sim / Não

Instrumento 3

- 1) Como foi o processo de a transição de gênero?
- 2) Quando expôs sua a transição de gênero, qual foi a reação de seus familiares?
- 3) Como você se sentiu sobre a reação dos familiares?
- 4) Se a reação foi negativa, como você lidou com a situação?
- 5) Se a reação foi negativa, perpetuou por quanto tempo?
- 6) Sua relação com a família mudou após o evento? Tem contato?
- 7) Como é sua relação hoje com sua família?
- 8) Você sofreu agressão (ões) por parte dos familiares? Se sim, como foi?
- 9) Como você se sentiu após essa (s) agressão (ões)?
- 10) Essa sensação continua até hoje? Comente
- 11) Qual foi o motivo para a agressão?
- 12) Você foi expulso de casa? Por quanto tempo?
- 13) Como você se sentiu quando foi expulso de casa?
- 14) Após a expulsão, você retornou a casa?